

## Concurso do terminal em Sines pode avançar

**Portos**  
Luísa Pinto

**Concessionária deverá investir 642 milhões de euros, mas fica com contrato por 50 anos, prorrogável por mais dez**

A APS – Administração dos Portos de Sines e do Algarve já está autorizada a lançar o concurso público internacional com que pretende entregar, por um prazo de 50 anos, prorrogável por mais dez, a concepção, o financiamento, a construção e a exploração do futuro terminal de contentores em Sines, o Terminal Vasco da Gama. Foram ontem publicadas em *Diário da República* as bases de concessão que vão nortear o lançamento do concurso para este terminal, que deverá ter uma capacidade de movimentação de carga contentorizada mínima de três milhões de TEU (unidade de medida de um contentor).

De acordo com o decreto-lei, o referido terminal será construído e financiado exclusivamente pela concessionária, incluindo a assunção de todos os riscos associados. O terminal deverá ter, no mínimo, de 1375 metros de cais, 30 hectares de terrapleno e área de armazenagem, e dez pórticos de cais (capazes de operar os navios de última geração). Estabelece ainda que seja criada uma plataforma ferroviária para carga, descarga e manobra de composições “constituída por um mínimo de duas linhas de carga/descarga e linha de manobra adequada”, estando já previsto que esta possa ser construída parcialmente fora do estabelecimento da concessão, “em área adjacente do domínio público afecto à jurisdição da APS, S. A., mediante autorização prévia da concedente”.

O investimento da concessionária deverá ascender aos 642 milhões de euros, prevendo-se que a construção possa ser feita de forma faseada. O decreto-lei estabelece que ao final dos primeiros quatro anos de concessão terão de estar disponíveis 940 metros de cais (já com os dez pórticos), e 25 hectares de terrapleno. O resto do cais e do terrapleno terá de estar operacional no 14.º ano. Não estão fixados prazos para a construção da plataforma ferroviária.

luisa.pinto@publico.pt

## PSP lança vídeos nas redes sociais contra burlas no crédito fácil

**Banca**  
Rosa Soares

**Campanha “Não dê crédito ao dinheiro fácil” está a ser lançada em parceria com a plataforma *online* ComparaJá**

É na Internet que surge um número cada vez maior de anúncios de crédito fácil e rápido, que não passam de esquemas fraudulentos, onde caem muitos particulares, especialmente os mais endividados e que têm poucos conhecimentos financeiros. E é através da Internet que a Polícia de Segurança Pública (PSP) e o ComparaJá.pt, plataforma de comparação de produtos bancários, estão a alertar para o risco destas ofertas, através da divulgação de vídeos temáticos, o primeiro dos quais foi disponibilizado ontem. Mas há outras iniciativas na forja.

O primeiro vídeo da campanha “Não dê crédito ao dinheiro fácil” está disponível na página de Facebook da PSP, que tem 673 mil seguidores, segundo o comissário João Barros, mas poderá vir a ser alargado a outras redes sociais. A mensagem também estará disponível, a partir de hoje, no *site* e no blogue do ComparaJá.pt.

Ao longo das próximas duas semanas serão divulgados os restantes três vídeos com informação útil para que os cidadãos identifiquem ofertas de particulares e de empresas que não estão autorizados a conceder empréstimos, e que são verdadeiras burlas, podendo levar a perdas de dinheiro e de bens, incluindo a habitação própria. A lista dos intermediários de crédito e de instituições financeiras autorizados pode ser consultada no Portal do Cliente Bancário.

Em declarações ao PÚBLICO, o comissário João Barros admite que “há cada vez mais burlas no crédito na Internet”, que é promovido com recuso a marketing muito agressivo, a *web design* avançado, imitando, muitas vezes, a imagem de instituições financeiras autorizadas. Em 2018, segundo dados do Relatório Anual da Segurança Interna (RASI) registaram-se perto de dez mil crimes participados de burla informática ou nas comunicações, entre os quais crimes relacionados com falsa



**PSP quer travar o crescimento de cidadãos que caem neste tipo de burlas**



**Há cada vez mais burlas no crédito na Internet**

**João Barros**  
Comissário da PSP

concessão de crédito. Os números do ano passado representaram mais 1634 do que em 2017.

O propósito da PSP é, através da prevenção, travar o crescimento de cidadãos que caem neste tipo de burlas, uma missão difícil e que tem de passar por outras iniciativas. Por isso, também em colaboração com o ComparaJá.pt, estão a ser trabalhadas soluções que permitam “travar”, através de palavras-chave, ofertas de crédito por entidades não autorizadas em plataformas digitais onde se infiltram sem consentimento, nomeadamente em *sites* de anúncios

de emprego ou de vendas, fóruns e grupos nas redes sociais.

Segundo o comissário João Barros, se outras plataformas *online* estiverem disponíveis para colaborar com a PSP são bem-vindas, considerando que é importante que os cidadãos sejam alertados para os riscos e adotem boas práticas quando utilizam a Internet, e através dele acedem a bens ou serviços.

No caso das ofertas de crédito, são os cidadãos mais endividados, ou mesmo desesperados, e os que começaram mais tarde a aceder à Internet que caem na armadilha do crédito fácil, em que pagam juros muito elevados, que podem chegar aos 300%, segundo o Banco de Portugal (BdP), ou podem perder dinheiro e/ou bens dados em garantia.

Em Fevereiro, o BdP emitiu um alerta público sobre este tipo de burlas, na sequência de “diversas situações” de empréstimos, que configuram, “muito frequentemente, uma tentativa de obtenção de um benefício ilegítimo por entidades não autorizadas a conceder crédito”. O regulador da actividade bancária disponibilizou um vídeo no seu *site* em que chama a atenção para os riscos de entrega de cheques pré-datados

ou a propriedade de bens imóveis ou bens móveis, tais como automóveis, que frequentemente perdem. Em 2018, o BdP recebeu 60 queixas, contra 35 registadas no ano anterior.

No primeiro vídeo, o comissário João Barros dá voz ao alerta para “os empréstimos rápidos e com condições fantásticas”, deixando um aviso: “Não confie.” José Figueiredo, CEO do ComparaJá.pt, destaca os pedidos de dinheiro para que o empréstimo seja concedido. “Nunca caia nesse erro”, afirma. O pedido de dinheiro para abertura do empréstimo é um esquema muito utilizado por particulares que, depois de receberem esse valor, desaparecem ou assumem outras identidades.

Nos contratos de mútuo (em que se estabelecem as condições do empréstimo, do pagamento, e eventuais garantias dadas pelo tomador do seguro), os cidadãos são aconselhados a consultar um advogado, a terem atenção que há um limite de 4% para o juro aplicável e que, “para empréstimos superiores a 25.000 euros, é necessária a celebração de escritura pública”, explica José Figueiredo, CEO do ComparaJá.pt.

rsoares@publico.pt